

---

Clipping n° 1152

, 25 Março 2013 - 12:07:31

**Jornal Correio do Tocantins adquire Kodak Trendsetter 400** O Jornal Correio de Tocantins, o maior jornal de Marabá (PA), anunciou a aquisição de um CtP Kodak Trendsetter 400, um dos modelos mais vendidos na linha Trendsetter. Com o novo CtP, o jornal digitaliza sua pré-impressão, encurtando etapas no ciclo de produção do jornal, que vai desde o fechamento do arquivo, até a gravação das chapas (sem filmes) e impressão. Abigraf

**Inflação sobe em seis capitais na segunda prévia de março** A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) aumentou em seis das sete capitais pesquisadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre a primeira e a segunda semanas de março deste ano. A maior alta foi observada em Porto Alegre: 0,21 ponto percentual, ao passar de 0,71% para 0,92%. Salvador foi a única capital que teve queda na taxa de inflação: 0,09 ponto percentual, ao passar de 0,73% na primeira semana de março para 0,64% na segunda semana do mês. As demais capitais tiveram as seguintes altas: Belo Horizonte (0,18 ponto percentual, ao passar de 0,31% para 0,49%), Brasília (0,16 ponto percentual, de 0,81% para 0,97%), Rio de Janeiro (0,14 ponto percentual, de 0,34% para 0,48%), São Paulo (0,1 ponto percentual, de 0,3% para 0,4%) e Recife (0,08 ponto percentual, de 0,92% para 1%). A FGV informou ontem (18) que a média nacional do IPC-S subiu 0,11 ponto percentual, ao passar de 0,52% na primeira semana de março para 0,63% na segunda semana. **Deflação em SP** O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), na cidade de São Paulo, teve queda de 0,11%, na segunda prévia de março. A deflação ocorreu após cinco decréscimos seguidos da taxa e foi puxada, principalmente, por recuos nos grupos habitação (de -0,69% para -1,11%) e despesas pessoais (de -0,26% para -0,53%). Dos sete grupos pesquisados, os dois únicos que registraram aumento da taxa foram alimentação (de 0,49% para 0,64%) e educação (de 0,10% para 0,13%). Em transportes, o índice passou de 0,69% para 0,51%; em saúde, de 0,53% para 0,47%; e em vestuário, de 0,43% para 0,40%. (Fonte: Agência Brasil)

**Domésticas ficarão mais caras com controle da jornada** Empregada que recebe R\$ 755 custa mensalmente R\$ 973,95. Com PEC, valor vai subir para R\$ 1.046,09. O controle da jornada de trabalho é a novidade mais relevante da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas. Segundo analistas, é recomendável que os empregadores criem um contrato para os funcionários domésticos, fixando jornada e horas extras, por exemplo. "É preciso elaborar um contrato que estabeleça uma relação um pouco mais formal", afirma Ricardo de Freitas Guimarães, professor de pós-graduação da PUC-SP. Um cálculo do escritório Mascaro Nascimento Advocacia Trabalhista mostra que uma empregada que recebe o salário mínimo de São Paulo (R\$ 755) custa mensalmente R\$ 973,95. Se a PEC for aprovada, o valor vai subir para R\$ 1.046,09. No caso de quatro horas extras por semana, o custo chega a R\$ 1.174,48. Pelo texto da PEC, os empregados domésticos poderão trabalhar no máximo 44 horas semanais, oito horas diárias. "Com a necessidade do controle da jornada de trabalho, o empregador pode usar cadernos de controle de ponto que vendem em livrarias e papelarias ou podem ser impressos pelo computador", recomenda a especialista em Direito Trabalhista Mirella Costa Macêdo Ferraz. Além do horário de entrada e saída, o controle de ponto deve indicar o horário de intervalo para almoço e descanso. Patrão e doméstico assinam o livro, para atestar a veracidade das informações. Alguns pontos da PEC ainda deverão ser regulamentados mesmo após a aprovação do texto. "Auxílio-creche, por exemplo, é

destinado a empresa com mais de 30 funcionários. Questões como essa e o auxílio-família deverão ser debatidas", afirma Guimarães. O seguro contra acidente de trabalho também precisa de regulamentação. Seu valor vai de 1% a 3% do salário, de acordo com o risco da atividade – o que ainda não foi definido. Agência Estado

**Juizados ampliam direito ao auxílio-acidente do INSS** A TNU (Turma Nacional de Uniformização) reconheceu que um segurado do INSS tem o direito de receber auxílio-acidente mesmo se a lesão que reduziu sua capacidade para o trabalho não for considerada grave. O benefício havia sido negado pelo perito do INSS, que considerou que as sequelas deixadas haviam provocado uma redução pequena nas condições de trabalho do segurado. A TNU funciona como uma instância superior dos Juizados Especiais Federais. No caso, o marceneiro, aos 28 anos, sofreu um acidente de carro e fraturou a perna, que ficou 3,7 centímetros menor. Ele recebeu auxílio-doença do INSS, que deixou de ser pago em 2006, quando se recuperou. Fonte: Agora SP **Leia mais** • Justiça aumenta atrasados da revisão dos auxílios • INSS começa a pagar 1º lote da revisão dos auxílios • INSS inclui benefícios na lista da revisão dos auxílios • Atrasados da revisão dos auxílios saem até o dia 15 • Procuradoria quer mais auxílios na aposentadoria **Jorge Caetano Fermino**